

Brasília-DF, 16 de outubro de 2025

CNTI realiza reunião de diretoria e define novas estratégias para o fortalecimento sindical



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) realizou reunião da diretoria executiva para discutir uma ampla pauta política, econômica e organizacional. O encontro marcou o primeiro ano de mandato da atual gestão e serviu para avaliar avanços, desafios e definir novas estratégias de atuação junto à base sindical e aos setores produtivos. Entre os principais temas, estiveram o cenário político nacional e os preparativos para a Conferência Estadual do Trabalho no Recife.

Os diretores destacaram a importância de fortalecer a estrutura interna da CNTI, tendo como prioridade a reativação de todos os departamentos setoriais, de tal modo que sejam parte central da organização do Congresso de 80 anos da CNTI, e na ampliação da formação sindical. Foram aprovados planos para criação de cursos, materiais de divulgação regional e relatórios detalhados de atividades. Também foi debatido os projetos estratégicos da Confederação, além do acompanhamento das pautas legislativas e judiciária de interesse dos trabalhadores no Congresso Nacional e nos Tribunais Superiores.



O encontro também abordou os desafios do setor elétrico brasileiro e o papel da transição energética justa na reindustrialização do país, bem como na COP30. Foram planejadas ações institucionais, como reuniões do Conselho de Representantes, agendas

com o Ministério Público do Trabalho, no TST e STF. A reunião encerrou com o compromisso coletivo de ampliar a presença da CNTI nos debates regionais, nacionais e internacionais sobre o futuro do trabalho.

CNTI e NCST participam da Etapa Estadual da II Conferência Nacional do Trabalho em Mato Grosso



Secretário Ronei de Lima na Conferência

O secretário da CNTI na Região Centro-Oeste, Ronei de Lima Zimmermann, representou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) na Etapa Estadual da II Conferência Nacional do Trabalho, realizada nesta terça-feira (14), em Mato Grosso. O evento foi um importante espaço de diálogo voltado à construção de políticas públicas para o trabalho decente, a igualdade de oportunidades e a valorização dos trabalhadores, reunindo representantes de trabalhadores, governo e empregadores em um debate tripartite.



Entre os temas abordados, destacaram-se os desafios ainda presentes no estado, como o trabalho análogo à escravidão, que já resgatou mais de 600 trabalhadores em 2025, e o trabalho infantil, que

Brasília-DF, 16 de outubro de 2025

afeta cerca de 50 mil crianças. Também foi enfatizada a necessidade de promover igualdade salarial entre homens e mulheres, já que elas recebem, em média, 75% do rendimento masculino e têm 20% menos participação no mercado de trabalho, segundo o superintendente do MTE/MT.

O encontro contou com a presença de representantes de diversas centrais sindicais, entre eles Carmem Silvia Machado (NCST), Antonio Wagner Oliveira e Lucimar Arruda (CSB), Ester Assalim (CUT), Roberto Denis Padilha, Dineia Souza Costa (Força Sindical) e Nara Teixeira de Souza (CTB).



A CNTI segue firme em sua missão de representar os trabalhadores da indústria com responsabilidade e comprometimento, atuando para garantir condições dignas, oportunidades equitativas e valorização profissional em todo o território nacional.

CNTI participa da Campanha Salarial dos Papeleiros em São Paulo



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) marcou presença nas ações da Campanha Salarial dos Papeleiros realizadas em São Paulo na última semana. Representando a entidade, o secretário da Região Sudeste, Eduardo Henrique

Neves, participou das mobilizações que buscam reajuste salarial, ampliação de benefícios, PLR e abono, entre outros avanços para a categoria.



Secretário Eduardo Henrique em campanha

Segundo Eduardo, a CNTI mantém o compromisso de atuar firmemente em defesa dos trabalhadores e na valorização da negociação coletiva. "Nosso objetivo é e sempre será melhorar a qualidade de vida do trabalhador. Buscamos na mesa de negociação avançar nas cláusulas econômicas e, sobretudo, garantir os direitos já conquistados", destacou o dirigente.

Preparatório para Etapa Estadual da II Conferência Nacional do Trabalho em Recife



O secretário da CNTI na Região Nordeste, Israel Torres, participou de uma reunião com a Comissão Estadual do Trabalho, em Recife, dedicada aos preparativos para a II Conferência Nacional do Trabalho, prevista para março de 2026.

O encontro teve como objetivo organizar a Etapa Estadual da Conferência, cuja plenária será realizada em 31 de outubro de 2025, e definir as propostas e diretrizes regionais que serão apresentadas no evento nacional.

A iniciativa faz parte do processo de construção coletiva de políticas públicas voltadas ao trabalho

Brasília-DF, 16 de outubro de 2025

decente e à valorização dos trabalhadores, fortalecendo o diálogo entre governo, entidades sindicais e demais representantes do mundo do trabalho.



Secretário Israel Torres na Comissão

Em Belém, movimento sindical define agenda da Amazônia Legal para a COP30



No próximo 24 de outubro, representantes das centrais sindicais que compõem o Fórum da Unidade Sindical da Amazônia Legal se reúnem em Belém (PA) para a Plenária Final, encontro que definirá as contribuições dos trabalhadores da região à COP30 e ao debate Pós-COP.

A atividade acontecerá das 8h30 às 12h, no SESI

Getúlio Vargas (esquina da Rua Timbó com a Av. Duque de Caxias), e reunirá lideranças sindicais, autoridades públicas e o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, na abertura oficial.

O evento marca o encerramento de um amplo processo de discussões promovido ao longo dos últimos meses sobre transição justa, desenvolvimento sustentável e valorização do trabalho. Desse diálogo resultará o Documento da Amazônia Legal, que expressa as prioridades e propostas do movimento sindical para uma agenda de sustentabilidade com justiça social.

Com a Plenária Final, o Fórum reafirma o compromisso de garantir que a voz dos trabalhadores amazônicos esteja presente nas decisões da COP30, fortalecendo a integração entre as pautas sindicais, ambientais e sociais em defesa de um futuro mais equilibrado para a Amazônia e para o Brasil.

Fonte: NCST

Haddad quer aprovação de isenção do IR para R\$ 5 mil ainda este ano

Geraldo Magela/Agência Senado



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu que o Senado aprove a isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, sem alterações relevantes no texto. A declaração ocorreu na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nesta terça-feira (14). O ministro afirmou que espera que o projeto se torne lei até o fim do ano.

Há demandas para tributar participação no lucro das empresas e para tratar bancos tradicionais e fintechs de forma mais parecida, disse Haddad. No entanto, o Congresso analisa a reforma sobre a renda por meio de diferentes projetos de lei e o mesmo pode ocorrer com as mudanças ao Projeto de Lei (PL) 1.087/2025, argumentou. O presidente da CAE, Renan Calheiros (MDB-AL), é o relator do texto.

— Tem várias outras questões que vão ter que ser endereçadas em algum momento. Eu fico com muito receio de tratar de matérias que durante seis ou sete meses não foram processadas. Estamos muito perto do final do ano, temos que sancionar e regulamentar para passar a ter vigência no dia 1º de janeiro — disse Haddad.

Fonte: Agência Senado

Brasília-DF, 16 de outubro de 2025

PL torna assistência sindical essencial para validar demissão



Um conjunto de propostas que altera as regras para rescisão de contratos de trabalho está em tramitação na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei nº 8.413 de 2017, que inclui outros oito textos apensados, propõe mudanças significativas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com o objetivo principal de fortalecer a assistência aos trabalhadores no momento do desligamento.

A matéria, relatada pelo deputado Bohn Gass, defende que a condição de vulnerabilidade do trabalhador frente ao empregador durante a rescisão contratual justifica a necessidade de acompanhamento por parte do sindicato da categoria. O relator argumenta que essa assistência é crucial para assegurar que os cálculos das verbas rescisórias sejam feitos corretamente, evitando prejuízos a quem está perdendo o emprego.

Uma das alterações centrais previstas no substitutivo apresentado pelo relator é a restauração da obrigatoriedade de assistência sindical ou do Ministério do Trabalho para a validade do pedido de demissão ou do recibo de quitação assinado por empregados com mais de um ano de serviço. A proposta assegura que esse serviço não terá custo para o trabalhador.

O texto também introduz a possibilidade de entidades sindicais de categorias diferentes celebrarem parcerias para oferecer essa assistência, especialmente em localidades onde não haja um sindicato representante direto do trabalhador.

Outro ponto importante trata dos prazos para pagamento. O empregador deverá quitar as verbas rescisórias até o primeiro dia útil após o término do contrato ou em até dez dias da data da notificação da demissão, nos casos em que não há aviso prévio ou ele é indenizado.

O projeto ainda estabelece multas para empregadores que descumprirem as novas regras e mantém a obrigação de pagamento das verbas, inclusive com correção, mesmo em caso de falecimento do empregado. Em situações de dúvida sobre quem deve

receber os valores, a proposta permite ao empregador depositar judicialmente os devidos valores.

A matéria também revisa a regra da reforma trabalhista de 2017 que permitia a pactuação de arbitragem para empregados com remuneração superior a duas vezes o teto do Benefício de Prestação Continuada. O novo texto determina que essa cláusula só poderá ser firmada por iniciativa do empregado ou com sua expressa concordância, e desde que com assistência sindical ou do Ministério do Trabalho.

Além disso, o substitutivo propõe a revogação dos artigos 477-A e 477-B da CLT, incorporados pela reforma trabalhista, por entender que eles representam um cerceamento ao direito constitucional de acesso à Justiça.

Os projetos, que tramitam em regime de prioridade, aguardam apreciação pelo Plenário da Câmara após a análise das comissões de mérito e de constitucionalidade. O relator recomendou a aprovação das propostas, consolidadas em um único texto substitutivo, entendendo que as mudanças trazem mais segurança jurídica e se alinham melhor com os princípios constitucionais de proteção ao trabalho.

Fonte: Diap

JORNADAS LONGAS, VIDAS CURTAS

**MAIS DESCANSO
MENOS TRABALHO**

Um estudo conjunto da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelou que as longas jornadas de trabalho causaram um aumento de 29% no número de mortes por doenças cardíacas e derrames entre 2000 e 2016.